

CHUVAS

Um desafio permanente

Para João Roma, ministro da Cidadania, calamidades servem para o governante mostrar espírito público e determinação

» MARIA EDUARDA ANGELI*

O ministro da Cidadania, João Roma, considera que as chuvas que vêm assolando as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste “são desafios permanentes, que o gestor precisa enfrentar com espírito público e determinação”. A afirmação foi feita, ontem, durante entrevista ao programa *CB.Poder* — uma parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília. Ele garantiu que o governo federal não tem deixado faltar recursos para a mitigação dos efeitos das cheias e deslizamentos para a população desabrigada e desalojada.

O ministro esteve em Minas Gerais, na última terça-feira, para ver de perto os estragos. E disse que o presidente Jair Bolsonaro tem acompanhado de perto a situação desde que os primeiros relatos das fortes chuvas — como as que caíram na Bahia, no final do ano passado, que renderam duras críticas ao presidente, por não interromper a folga no litoral catarinense para ver a situação no estado.

“Cotidianamente, me ligava várias vezes, acompanhou e não permitiu que nada faltasse na atenção às pessoas, no suporte do governo federal para tratar dessa calamidade”, destacou.

Segundo Roma, o governo federal deve destinar R\$ 700 milhões para ações de enfrentamento às chuvas. Além disso, aproximadamente R\$ 30 milhões já chegaram aos municípios baianos afetados pelas inundações, e R\$ 80 milhões foram repassados para a manutenção e reconstrução de estradas no estado.

“Uma calamidade como essa tem várias fases. A primeira, naturalmente, é cuidar da vida das pessoas, o resgate, retirar as pessoas de áreas de risco. Na sequência, todas as medidas de mitigação. Depois, a limpeza das

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Cotidianamente (Bolsonaro) me ligava várias vezes, acompanhou e não permitiu que nada faltasse na atenção às pessoas, no suporte do governo federal para tratar dessa calamidade”

João Roma, ministro da Cidadania, sobre o acompanhamento do presidente das chuvas na Bahia

Verba do cerrado para no Supremo

O partido Rede Sustentabilidade acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de obrigar o governo federal a comprovar, imediatamente, a destinação e a execução de verbas suficientes para a continuidade da atividade de monitoramento do desmate do cerrado. Para a legenda, a interrupção do projeto representa “evidente violação” a diversos preceitos fundamentais previstos na Constituição, “unidas a um verdadeiro boicote ao dever de proteção do bioma cerrado”. A ação foi distribuída ao ministro Kassio Nunes Marques.

O cerrado é um dos principais biomas brasileiros, onde ficam as nascentes de vários rios. A não preservação impacta diretamente no meio ambiente e pode piorar, segundo especialistas, a situação vivida, atualmente, por várias cidades das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste que sofrem com as cheias dos rios.

O impasse sobre o futuro do acompanhamento sobre evolução da degradação do segundo maior bioma da América do Sul está ligado ao fim do financiamento do programa, que era feito, desde 2016, com recursos do Programa de Investimento Florestal (FIP) do Banco Mundial (Bird). Sem verbas, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) fará o acompanhamento até abril.

Havia a expectativa de que o programa seguisse com fundos do governo federal, mas a questão esbarrou nos cortes no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), responsável pelo Inpe. Por definição da gestão do presidente Jair Bolsonaro, a pasta teve supressão de 87% em seu orçamento em 2021.

Devastação

Na ação ao Supremo, a Rede argumenta que somente com o mapeamento é possível medir o nível de devastação do cerrado, realizar estudos sobre o tema e traçar políticas públicas de fiscalização e combate ao desmatamento e à queimada, além de permitir a fiscalização do Estado pela sociedade civil e organizações não governamentais.

Citando dados do Inpe, a sigla aponta que, de janeiro a agosto de 2021, o cerrado viu a maior quantidade de pontos de fogo para esse período desde 2012.

O partido frisou que trata-se do segundo maior bioma da América do Sul, ocupando cerca de 22% do território nacional, onde se encontram as nascentes das três maiores bacias hidrográficas do continente (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata). O cerrado é a savana mais rica do mundo, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas catalogadas.

cidades, a reconstrução do que a água destruiu — como pontes, estradas, prédios públicos e casas. Óbvio que a reconstrução dessas casas não pode ser novamente na área de risco. O Ministério do Desenvolvimento Regional está, sim, fazendo todo o levantamento”, salientou.

Auxílio Brasil

O ministro anunciou que, no início de janeiro, o Ministério da Cidadania zerou a fila de espera para o Auxílio Brasil, consolidando 17,5 milhões de famílias atendidas — o maior número de beneficiários de um programa de

transferência de renda do governo federal.

O programa que substituiu o Bolsa Família, tem, segundo Roma, um atrativo a mais que o antecessor: um incentivo de R\$ 200 para os recebedores do benefício que consigam emprego com carteira assinada. De acordo com o ministro, o pagamento dura dois anos após a oficialização do novo trabalho.

Ele também afirmou que uma nova rodada do auxílio emergencial está descartada. “Percebe-se uma fragilização da economia, mas o presidente comentou que será muito difícil para o Brasil resistir a mais uma onda de

fechamento total. É preciso saber lidar com isso. A vacinação está avançando, o Brasil é um dos países que mais vacinou. Não está previsto um novo auxílio emergencial. O que está previsto é um fortalecimento das políticas de assistência social e outras ações que o governo está levando a cabo”, assegurou.

Vacinação

Roma disse, ainda, que Bolsonaro não é inimigo da vacinação — como vem sendo apontado. “Ele apenas é um presidente que luta muito pela liberdade das pessoas. Nesse quesito, é um dos

valores que nós conquistamos. Sempre comento que o Brasil é um Estado laico, mas não é um Estado ateu”, explicou.

Sobre o episódio da resposta do diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antonio Barra Torres, a Bolsonaro, Roma se alinhou ao presidente. “O presidente da Anvisa muitas vezes tem extrapolado suas funções, muitas vezes até sem o respaldo de sua diretoria, com decisões que nem sempre estão validadas pela diretoria de um órgão colegiado”, acusou.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

341 municípios mineiros estão em emergência

» TAÍSA MEDEIROS

Chegou ontem ao total de 341 os municípios de Minas Gerais em situação de emergência por conta das chuvas intensas, que vêm caindo no estado desde o começo do mês. Somente nas últimas 24 horas, 196 cidades estão sofrendo com as enchentes. O estado já contabiliza 24 mortes em decorrência das tempestades, 3.992 desabrigados e 24.610 desalojados, segundo informações da Defesa Civil.

A situação fez com que o governador Romeu Zema (Novo) enviasse um pedido de recursos ao governo federal para tentar diminuir os danos causados pelas chuvas. Ele solicitou R\$ 935,6 milhões e foi formalizado depois do encontro que teve com os ministros do Meio Ambiente, Joaquim Leite, e da Cidadania, João Roma.

“Os recursos serão de extrema importância, pois temos milhares de pessoas desabrigadas e desalojadas nas regiões atingidas pelas chuvas, que perderam suas casas e pertences. O momento é muito difícil”, afirmou.

O coordenador Estadual de Defesa Civil, coronel Osvaldo de Souza Marques, pediu maior atenção da população — sobretudo a que mora em encostas —, pois, com o prosseguimento das tempestades, aumentaram exponencialmente o risco de desabamentos e desmoronamentos. O solo encharcado e instável é um risco para os imóveis erguidos perto dos morros.

“As pessoas que moram próximas às encostas, e também aos rios, precisam ficar atentas aos deslocamentos de massas e ao aparecimento de rachaduras. Não fique em casa. Vá para os abrigos públicos, pois a vida é o mais importante”, alertou.

Rio de Janeiro

O estado vizinho também vem

sofrendo com as chuvas nos municípios próximos à fronteira com Minas. As enchentes nas regiões norte e noroeste foram causadas pelo transbordamento de rios. A Secretaria de Estado de Defesa Civil (Sedec-Rio) informou, no último boletim, que já são aproximadamente 2 mil pessoas desalojadas e 350 desabrigadas em todo o estado.

Todas as regiões registram áreas de inundações, deslizamentos, alagamentos e queda de árvores, mas, por enquanto, não há registros de mortes. Na capital do Rio um muro do cemitério do Caciua, na Ilha do Governador, próximo da zona portuária da cidade, caiu na terça-feira. Moradores relataram que ossadas foram parar na rua. A Reiver, concessionária responsável pela administração do cemitério, informou que equipes foram até o local para recolher os despojos e avaliar danos.

Goiás também segue registrando altos índices de precipitação, causando inúmeros alagamentos — até ontem, 16 cidades haviam decretado estado de emergência. As regiões da Chapada dos Veadeiros, onde ficam Alto Paraíso, e Cavalcante, de Pirenópolis, Corumbá de Goiás e Cidade de Goiás enfrentam aumento do nível dos córregos, rios e cachoeiras. A recomendação da Defesa Civil é que os turistas evitem os cursos d’água, pois o risco de afogamentos e de serem arrastados pela correnteza é muito alto.

Em Pirenópolis, o centro histórico ficou completamente alagado. Por precaução, a prefeitura emitiu um alerta recomendando o fechamento do acesso de turistas às cachoeiras da região. A Defesa Civil do município também orientou que moradores de áreas de risco devem deixar as casas, pois alagamentos podem ocorrer às margens dos rios e córregos.

Marco Evangelista; Governo de MG



Várias ruas de Salinas estão repletas de entulho por causa das cheias dos rios próximos à cidade

Comissão acompanha desastres

O impacto das fortes chuvas que vêm caindo desde a virada do ano nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste levou os parlamentares a solicitarem ao presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a formação e instalação de uma comissão do Legislativo para debater e buscar soluções para o enfrentamento da situação.

Para o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), caso seja instalado, o colegiado possibilitará atender e acompanhar mais de perto o problema enfrentado pelos estados. Além disso, se poderá fiscalizar a aplicação da ajuda disponibilizada pelo governo.

Os deputados Elias Vaz

(PSB-GO) e Camilo Capiberibe (PSB-AP) — que assinaram um requerimento conjunto — também cobram a instalação da comissão, pois consideram que o Congresso deve ter um papel mais atuante diante da tragédia que vem sendo vivida pela população de alguns estados.

“O governo federal se mostrou omissivo diante dessas tragédias. Em Goiás, por exemplo, enquanto famílias perdiam tudo, Bolsonaro participava de evento esportivo com artistas. A sociedade precisa de uma resposta do Parlamento com urgência”, criticou Vaz em uma rede social.

A comissão representativa pode atuar remotamente, mas depende do aval de Pacheco. “A

Comissão tem exatamente essa função: fazer a representação do Congresso durante o recesso, para questões que demandem ação dos parlamentares, especialmente em caso de urgência”, explicou Leandro Consentino, cientista político do Insuper.

A atuação da comissão também permitiria a liberação de emendas parlamentares. “Como é ano eleitoral para deputados e senadores, é interessante que esse duto de emendas continue desobstruído. Por outro lado, pode ser uma estratégia para pressionar o Executivo por conta da omissão, levantada por alguns, do presidente da República”, acrescentou Consentino. (TM)